CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
Brasília-DF, 09 de novembro de 2026



O FIM DA ESCALA 6X1 É REAL! E AGORA TEM DATA!

A classe trabalhadora conquistou uma vitória histórica! A Emenda Constitucional nº 141/2026 foi promulgada pelo Congresso Nacional e estabelece o fim da escala 6x1, garantindo dois dias de descanso remunerado por semana e a redução gradual da jornada de trabalho, sem qualquer redução salarial.

📣 O QUE MUDA NA PRÁTICA?

√ Fim da escala tradicional de seis dias de trabalho para um de descanso.

√ Dois dias de repouso remunerado por semana, no modelo 5x2.

√ Redução gradual da jornada semanal de 44 para 40 horas.

√ Mais tempo para a família, o lazer, os estudos e o descanso.

√ Mais qualidade de vida e dignidade para quem constrói o Brasil todos os dias.

📆 A MUDANÇA COMEÇA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2026!

A implementação será gradual: inicialmente, a jornada máxima passa para 42 horas semanais e, posteriormente, chega a 40 horas, preservando integralmente os salários.

Essa conquista é resultado de muita luta, mobilização e resistência do movimento sindical e da classe trabalhadora.

Trabalhar para viver, e não viver apenas para trabalhar!

Fim da escala 6x1! Mais tempo, mais direitos e mais dignidade!

#FimDaEscala6x1 #ClasseTrabalhadora #DireitosTrabalhistas #TrabalhoDigno #MovimentoSindical

---

STF debate transição do fim da escala 6×1

Audiência de conciliação será realizada em 10 de novembro, às 14h, em Brasília; ministro Flávio Dino não suspendeu o calendário de implementação da nova jornada



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou para terça-feira (10 de novembro), às 14h, em Brasília (DF), uma audiência de conciliação, no âmbito do Supremo, para discutir os prazos de implementação do fim da escala 6×1. O encontro reunirá representantes das centrais sindicais, entidades empresariais e órgãos públicos, após questionamentos apresentados à Corte sobre as regras de transição da nova jornada de trabalho.

A audiência foi determinada nesta quinta-feira (5), no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 8041, ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A entidade pede mais tempo para a adaptação das empresas às mudanças estabelecidas pela Emenda

Constitucional nº 141/2026, promulgada em 16 de outubro.

A emenda estabelece a redução gradual da jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial, e assegura dois dias de descanso remunerado. Pelo calendário aprovado pelo Congresso Nacional, a primeira etapa entra em vigor em 16 de dezembro de 2026, quando a jornada será limitada a 42 horas semanais. A redução definitiva para 40 horas ocorrerá em dezembro de 2027.

A CNC considera insuficiente o prazo de 60 dias para a primeira etapa e solicita que sua implementação seja adiada para outubro de 2027, enquanto a jornada de 40 horas passaria a valer somente em outubro de 2028. A entidade argumenta que as mudanças exigem reorganização das escalas, contratação de trabalhadores e renegociação de acordos e convenções coletivas, especialmente nos setores de comércio, serviços e turismo.

Ao analisar o pedido, Flávio Dino não concedeu a suspensão imediata do cronograma. Em avaliação preliminar, o ministro considerou que o período de dois meses não se mostra necessariamente inviável, embora tenha reconhecido a necessidade de examinar os argumentos apresentados pelos setores econômicos.

O ministro também delimitou o alcance da audiência de conciliação. A discussão ficará restrita aos aspectos práticos da implementação da emenda, sem colocar em negociação a redução da jornada ou a ampliação do repouso semanal, direitos já incorporados ao texto constitucional.

Foram convocados representantes das confederações empresariais, centrais sindicais, Advocacia-Geral da União (AGU), Procuradoria-Geral da República (PGR) e das advocacias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A participação das entidades sindicais será importante para que eventuais ajustes no período de transição considerem a proteção dos direitos dos trabalhadores, a negociação coletiva e as condições necessárias à aplicação da nova jornada.

Além da ação da CNC, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também apresentou questionamentos ao Supremo sobre a implementação da EC 141/2026, ampliando o debate jurídico sobre a adaptação dos contratos de trabalho e dos instrumentos coletivos às novas regras.
(Com informações do STF, Estadão e CNN Brasil)

Fonte: Diap

Câmara avança em projetos de proteção trabalhista

Comissão aprova propostas sobre trabalho temporário e créditos trabalhistas; Estatuto do Aprendiz segue sem votação no Senado



A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (3), pareceres favoráveis a dois projetos voltados à proteção dos direitos dos trabalhadores. As propostas tratam das condições de contratação temporária e da garantia de créditos trabalhistas em processos de recuperação judicial e falência.

O PL 5183/2023 propõe alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na legislação do trabalho temporário para assegurar a aplicação da condição mais favorável ao empregado. Já o PL 4339/2025, de autoria do deputado Reimont (PT-RJ), busca fortalecer a representação dos trabalhadores e a proteção de seus créditos quando empresas enfrentam dificuldades financeiras.

As duas propostas receberam parecer favorável do deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS). Com a aprovação na comissão, os projetos seguem em tramitação na Câmara, onde ainda poderão passar por outras comissões e, se necessário, pelo Plenário. Para se tornarem leis, precisarão concluir a análise do Congresso Nacional e seguir para sanção presidencial.

Outra proposta em discussão na comissão, o PL 922/2025, que prevê a criação de um selo de alerta para empresas incluídas na chamada Lista Suja do trabalho análogo à escravidão, teve sua análise adiada após ser retirada de pauta.

Enquanto isso, no Senado Federal, o Estatuto do Aprendiz (PL 6461/2019) foi novamente retirado da pauta, na quarta-feira (4). A proposta estabelece regras para a aprendizagem profissional e busca

ampliar as oportunidades de qualificação e inserção de jovens no mercado de trabalho.

O projeto já havia sido retirado de pauta em 12 de agosto e 2 de setembro, em meio a divergências entre parlamentares e questionamentos de senadoras sobre dispositivos do texto e seus possíveis impactos sobre determinadas categorias profissionais e empresas. Com o novo adiamento, a matéria permanece pendente de deliberação pelo Plenário do Senado.

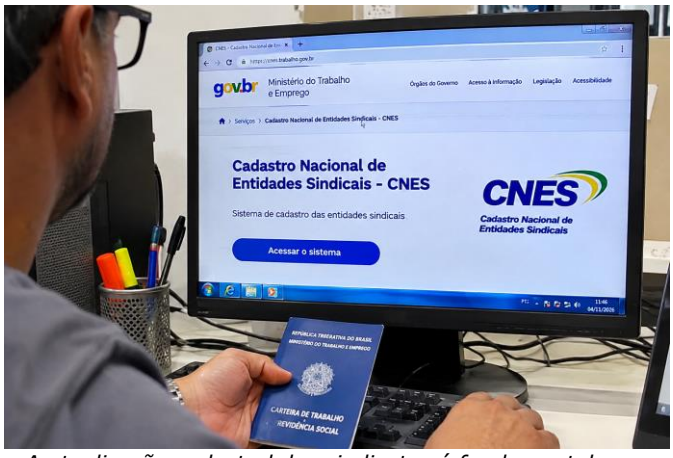
As movimentações nas duas Casas reforçam a importância do acompanhamento da agenda legislativa trabalhista, especialmente de propostas que podem ampliar garantias, fortalecer a proteção dos trabalhadores e influenciar as condições de acesso dos jovens ao mercado de trabalho.

(Com informações da Câmara dos Deputados, Senado Federal e TV Senado)

Fonte: Diap

Portaria do MTE reforça atualização cadastral dos sindicatos

Sindicatos devem atualizar seus dados no CNES, conforme a Portaria MTE nº 3.472, para manter a regularidade cadastral e evitar restrições administrativas



A atualização cadastral dos sindicatos é fundamental para manter a regularidade e a representação adequada no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) exige que as entidades sindicais mantenham seus dados cadastrais atualizados no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), conforme regulamentação.

A Portaria MTE nº 3.472 estabelece diretrizes para os procedimentos administrativos relacionados ao registro sindical, incluindo a atualização das informações das entidades representativas.

A manutenção dos dados perenes atualizados contribui para garantir segurança jurídica, regularidade administrativa e condições adequadas para o exercício da representação sindical.

Portanto, os dirigentes devem verificar a situação cadastral de suas entidades e realizar as atualizações necessárias, evitando possíveis restrições administrativas decorrentes de informações desatualizadas.

Sindicatos devem ficar atentos às exigências

A atualização cadastral representa uma medida importante para preservar a regularidade das organizações sindicais e assegurar informações corretas nos registros oficiais do Ministério do Trabalho.

Dessa forma, sindicatos, federações e confederações devem acompanhar as orientações do MTE e verificar quais procedimentos se aplicam à situação cadastral de cada entidade sindical.

Além disso, o material de orientação destaca a importância de utilizar o sistema oficial do CNES para realizar a atualização dos dados e acompanhar sua regularidade.

Como realizar a atualização cadastral:

1. Aponte a câmera do celular para o QR Code da imagem e consulte a Portaria MTE nº 3.472/2023.

2. Acesse o sistema do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), do Ministério do Trabalho e Emprego. Acesse o CNES.

3. Faça a atualização dos dados cadastrais da sua entidade.

Portaria MTE 3472 atualização

Fonte: Rádio Peão Brasil

"Exploração de minerais críticos será em benefício do povo", afirma presidente Lula

Conselho para Industrialização de Minerais Críticos aprova relação de 27 minerais críticos ou estratégicos que poderão ser beneficiados com investimentos públicos



Primeira Reunião do Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE).
Foto: Ricardo Stuckert

O presidente Lula disse que o povo brasileiro será o maior beneficiado pela exploração de minerais críticos no país. A fala foi feita na quinta-feira (5), no Palácio do Planalto, durante a primeira reunião do Conselho para Industrialização de Minerais Críticos (CIMCE).

Para justificar os investimentos, Lula disse que os brasileiros que foram às urnas escolheram o "lado dos que querem construir um Brasil não para poucos interesses econômicos, mas que explore todos os nossos minerais em benefício do povo brasileiro".
"Nós não queremos deixar buracos nas cidades, queremos escolas, emprego de qualidade e universidades", disse o presidente.

"E queremos deixar, sobretudo, dignidade para as pessoas que ainda não nasceram, mas que são filhos do Brasil. E cabe a nossa geração preparar para que eles tenham um futuro melhor do que aquele que nós recebemos dos nossos pais", acrescenta.

O Conselho aprovou os 27 minerais considerados críticos ou estratégicos a serem priorizados pela política nacional sobre tema, que estimula investimentos públicos e privados e promove a agregação de valor no país.

Os minerais foram distribuídos em três classes, de acordo com a importância para o Brasil em termos de soberania e industrialização, e considerando os seguintes fatores: o risco geopolítico; a concentração geográfica da produção; o potencial de substituição; a posição brasileira na cadeia; e a dependência e vulnerabilidade do país.

As classes também sinalizam a prioridade no acesso aos instrumentos de fomento previstos na política.

Segundo a Casa Civil, somente os empreendimentos focados nesses 27 minerais, e inseridos no Cadastro Nacional de Projetos, poderão receber apoio governamental.

A prioridade é o que destrava, por exemplo, o Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), criado para compartilhar riscos, alavancar o crédito bancário e superar o desafio do financiamento nas fases iniciais de pesquisa e mineração.

O FGAM poderá receber aporte de até R$ 2 bilhões da União, além de recursos de estados, municípios e entes privados.

Já o Programa Federal de Beneficiamento e Transformação de Minerais Críticos e Estratégicos (PFMCE) terá limite fiscal de R$ 1 bilhão por ano entre 2030 e 2034 para que as empresas possam investir no beneficiamento, transformação e mineração urbana.

Confira a lista aprovada:

Classe I – Prioridade Alta
Terras Raras – Grafita – Lítio – Níquel - Cobalto – Cobre – Manganês – Silício - Urânio

Classe II – Prioridade Média
Tungstênio – Cromo – Vanádio – Tântalo - Titânio – Fosfato – Potássio – Enxofre

Classe III – Prioridade Baixa
Nióbio – Estanho – Ferro – Zinco – Ouro - Magnésio – Molibdênio – Tório – Alumínio - Grupo da Platina

Fonte: Portal Vermelho

CRE discutirá impacto do cenário político dos EUA na indústria brasileira

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado vai promover uma audiência pública para avaliar os impactos da mudança política nos Estados Unidos sobre a indústria brasileira. O presidente da comissão, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), pretende discutir as oportunidades para ampliar os mercados brasileiros. A mudança na composição do Congresso estadunidense, com a conquista da maioria pelos democratas na Câmara e no Senado, pode influenciar a política comercial do governo Donald Trump. Isso, porém, não significa que as tarifas impostas pelo governo serão automaticamente revistas, já que o presidente dispõe de instrumentos legais para mantê-las.

Fonte: Agência Senado
